

Tem início no ponto A, situado no alinhamento da rua Beato Marcelino Champagnat, distante 9,00m do cruzamento desse alinhamento com o da Rua Joaquim Duarte Barbosa; desse ponto segue pelo alinhamento da Rua Beato Marcelino Champagnat, com rumo NE 43° 00', numa distância de 37,00m, até encontrar o ponto B; desse ponto deflete à direita e segue em linha reta com rumo 47° 00' SE, numa distância de 40,00m, até encontrar o ponto C; desse ponto deflete à direita e segue, em linha reta, com rumo SO 43° 00', numa distância de 46,00m, até encontrar o ponto D, situado no alinhamento da Rua Joaquim Duarte Barbosa, confrontando, nesses dois últimos alinhamentos com Próprio Estadual ocupado pela EEPG Prof. Luiz Galhardo; desse ponto deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Joaquim Duarte Barbosa, com rumo NO 47° 00' numa distância de 31,00m, até encontrar o ponto E; desse ponto segue em curva circular de concordância à direita, com raio 9,00m e desenvolvimento 14,13m, até encontrar o ponto F, onde teve início a presente descrição, encerrando esse perímetro a área de 1.822,62m<sup>2</sup> (um mil, oitocentos e vinte e dois metros quadrados e sessenta e dois décimos quadrados).

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1986.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

João Yunes, Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de abril de 1986.

#### DECRETO N.º 25.020, DE 17 DE ABRIL DE 1986

*Transfere da administração da Secretaria da Justiça para a da Secretaria da Saúde o imóvel que especifica, localizado no município de Guaraci*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista do pronunciamento do Secretário da Justiça,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica transferido da administração da Secretaria da Justiça para a da Secretaria da Saúde, o imóvel destinado às atividades do Centro de Saúde, com área de 1.452,00m<sup>2</sup>, situado na confluência das Ruas Tiradentes e Rui Barbosa no município de Guaraci, comarca de Olímpia, perfeitamente descrito e caracterizado no PPI 48.499 de 1973, da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1986.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

João Yunes, Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de abril de 1986.

#### DECRETO N.º 25.021, DE 17 DE ABRIL DE 1986

*Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado no bairro de Jardim Limoeiro, subdistrito de Guai-nazes, município e comarca da Capital, necessário à Secretaria da Educação*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º e 6.º do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser desapropriado pela Fazenda do Estado, por via amigável ou judicial, o imóvel a seguir caracterizado: Terreno sem benfeitorias, com área aproximada de 3.500,00m<sup>2</sup> (três mil e quinhentos metros quadrados), situado no bairro de Jardim Limoeiro, subdistrito de Guai-nazes, município e comarca desta Capital, necessário à Secretaria da Educação e destinado à construção da EEPG Bairro do Limoeiro, ou a outro serviço público, com as medidas, limitações e confrontações mencionadas na planta e memorial descritivo constante do processo n.º 16/85 — CONESP e PPI n.º 94.548/85, a saber: "O terreno começa no ponto "A", situado no alinhamento predial da Estrada da 3.ª Divisão, também conhecida como Estrada do Palanque, a 150,00m aproximadamente da Estrada Fidélis (final do asfalto), em frente ao Poste de Luz S.P.U. 04/29 da Eletropaulo. Do ponto "A", segue em linha reta, pelo alinhamento predial da Estrada da 3.ª Divisão, no rumo SE 72°53'03" e na distância de 50,00m até o ponto "B", situado em frente ao Poste de Luz S.P.U. 29/33.125, da Eletropaulo; daí, deflete à direita e segue em linha reta confrontando com área remanescente que consta pertencer ao Espólio de Conceição Arantes Nogueira, no rumo SW 17°06'57" e na distância de 70,00m até o ponto "C"; daí, deflete à direita e segue em linha reta confrontando com área remanescente que consta pertencer ao Espólio de Conceição Arantes Nogueira, no rumo NW 72°53'03" e na distância de 50,00m até o ponto "D"; daí, deflete à direita e segue em linha reta confrontando ainda com área remanescente que consta pertencer ao Espólio de Conceição Arantes Nogueira, no rumo NE 17°06'57" e na distância de 70,00m até o ponto "A", início da presente descrição encerrando uma superfície de 3.500,00m<sup>2</sup> (três mil e quinhentos metros quadrados). Imóvel esse que consta pertencer ao Espólio de Conceição Arantes Nogueira, com endereço à Alameda Santos n.º 778, apto. 21.

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos alocados para Construções, Ampliações, Reformas e Instalações de Prédios Escolares — Elemento Econômico 4.1.3.0. — Categoria Funcional Programática 08.42.188.1.036 — Unidade de Despesas 08.01.01 — Gabinete do Secretário.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1986.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Paulo Renato Costa Souza, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de abril de 1986.

#### DECRETO N.º 25.022, DE 17 DE ABRIL DE 1986

*Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão de passagem, faixa de terreno do imóvel situado no bairro denominado Jardim Ceci, município e comarca da Capital, necessária à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — S. ABESP*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º, 6.º e 40 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão de passagem pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP, por via amigável ou judicial, uma faixa de terreno com a área de 104,40m<sup>2</sup> (cento e quatro metros e quarenta décimos quadrados) e respectivas benfeitorias, situada no imóvel da Rua Mestre Simeão José de Nazaré s/n.º, ao lado do n.º 362, bairro denominado Jardim Ceci, município e comarca da Capital, necessária à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, para a implantação do Sistema de Esgotos Sanitários — Bacia "08" — Córrego Cabuçu de Baixo, ou a outro serviço público, imóvel esse que consta pertencer a Gervásio Aparecido Arante, com as medidas, limites e confrontações mencionados na planta SABESP n.º E 08-03-D 8 e respectivo memorial descritivo, constantes do processo n.º 177, a saber:

Propriedade n.º 177/16 — Servidão

Tem origem no ponto "A", de coordenadas topográficas referidas ao sistema U.T.M. N 7.404.134,70 e E 329.310,50, situado junto ao alinhamento predial da Rua Mestre Simeão José de Nazaré; daí segue por linha ideal de divisa, rumo SE e distância de 2,10m, confrontando com o alinhamento da Rua até atingir o ponto "B"; daí deflete à direita e segue pela linha ideal que delimita a faixa servienda, rumo SW, pela distância de 19,90m, confrontando com porção remanescente do lote até atingir o ponto "C"; daí deflete à direita e segue pela linha ideal de divisa da faixa servienda, rumo SW, pela distância de 32,40m, confrontando com o remanescente da área até atingir o ponto "D"; daí deflete à direita e segue pela crista do talude do Córrego Cabuçu de Baixo, rumo NW, distância de 2,20m, confrontando com o Córrego Cabuçu de Baixo até atingir o ponto "E"; daí deflete à direita e segue pela linha ideal de divisa que delimita a faixa servienda, rumo NE, distância de 31,30m, confrontando com porção remanescente do imóvel até atingir o ponto "F"; daí deflete à esquerda e segue pela linha ideal que delimita a faixa servienda, rumo NE, distância de 20,80m, confrontando com porção remanescente do imóvel até atingir o ponto "A", onde a presente descrição perimétrica teve origem.

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, Código 05.00.01.00.00.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1986.

FRANCO MONTORO

João Oswaldo Leiva,

Secretário de Obras e Saneamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de abril de 1986.

#### DECRETO N.º 25.023, DE 17 DE ABRIL DE 1986

*Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão de passagem, faixa de terreno do imóvel situado no bairro Jardim Santa Mônica, município e comarca de Barueri, necessária à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e nos termos do artigo 34, inciso XXIII, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 2, de 30 de outubro de 1969, combinado com os artigos 2.º, 6.º e 40 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão de passagem pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, por via amigável ou judicial, uma faixa de terreno com a área de 148,50m<sup>2</sup> (cento e quarenta e oito metros e cinquenta décimos quadrados) e respectivas benfeitorias, situada no

imóvel do bairro Jardim Santa Mônica, município e comarca de Barueri, necessária à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, para a implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Barueri, ou a outro serviço público, imóvel esse que consta pertencer a Pedro Sapejenco Maesky, com as medidas, limites e confrontações mencionadas na planta SABESP n.º A 7.058-D 16 e respectivo memorial descritivo, constantes do processo n.º 183, a saber:

Propriedade n.º 183/05

Servidão

Tem início no ponto "E", de coordenadas topográficas referidas ao sistema U.T.M. N 7.395.945,27 e E 307.641,12, situado junto à Via Taboão, na confluência com a Rua Bororós; daí segue rumo 84°51' SE, pela distância de 2,10m, confrontando com a Via Taboão até atingir o ponto "F"; daí deflete à direita e segue rumo 27°39' SW pela distância de 74,30m, confrontando com porção remanescente do terreno até atingir o ponto "G"; situado à margem direita de um córrego; daí deflete à direita e segue pela margem direita do córrego pela distância de 2,10m, confrontando com imóvel pertencente à Prefeitura Municipal de Barueri, até atingir o ponto "D"; daí deflete à direita e segue rumo 27°39' NE pela distância de 74,20m, confrontando com porção remanescente do imóvel até atingir o ponto "E", onde teve início a presente descrição perimétrica.

Artigo 2.º — Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3.º — As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo — SABESP, Código 05.00.01.00.00.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1986.

FRANCO MONTORO

João Oswaldo Leiva, Secretário de Obras e Saneamento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de abril de 1986.

#### DECRETO N.º 25.024, DE 17 DE ABRIL DE 1986

*Fixa a frota de veículos da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — A frota de veículos da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais fica fixada nas seguintes quantidades:

- I — Grupo "B" — 1 veículo;
- II — Grupo "S-1" — 10 veículos;
- III — Grupo "S-2" — 172 veículos;
- IV — Grupo "S-3" — 49 veículos;
- V — Grupo "S-4" — 84 veículos.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 10, do Decreto n.º 16.451, de 23 de dezembro de 1980, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 17.203, de 9 de junho de 1985.

Palácio dos Bandeirantes, 17 de abril de 1986.

FRANCO MONTORO

Gilberto Dupas,

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 17 de abril de 1986.

#### DECRETO N.º 25.025, DE 17 DE ABRIL DE 1986

*Dispõe sobre criação de escolas e dá providências correlatas*

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 89, da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, considerando o que dispõe o Decreto n.º 2.957, de 4 de dezembro de 1973 e à vista da manifestação da Secretaria da Educação,

Decreta:

Artigo 1.º — São criadas as seguintes escolas nas Divisões Regionais de Ensino e municípios a seguir mencionados:

- I — DRE de Campinas
  - a) Município de Amparo
    - 1. a EEPG do Jardim Figueira
  - b) Município de Araras
    - 1. a EEPG Parque das Árvores, com a denominação de EEPG Prof.ª Maria Rosa Nucci Pacifico Homem.
  - c) Município de Atibaia
    - 1. a EEPG de Vila Rica
  - d) Município de Limeira
    - 1. a EEPG do Jardim Morro Azul
- II — DRE de Araçatuba
  - a) Município de Castilho
    - 1. a EEPG (Agrupada) do Bairro Pontal, com a denominação de EEPG (Agrupada) Horácio Pinto de Freitas.

Artigo 2.º — O Secretário da Educação autorizará a instalação das escolas de que trata o artigo anterior e fixará o número de classes de 1.ª a 4.ª séries.

Artigo 3.º — O Secretário da Educação designará o pessoal técnico e administrativo mínimo necessário ao funcionamento das unidades ora criadas, segundo os critérios estabelecidos pelo Decreto n.º 7.709, de 18 de março de 1976.

Artigo 4.º — Nos casos em que se fizer necessário provimento de cargos ou preenchimento de funções-atividades, deverão ser obedecidas as normas constantes dos Decretos n.ºs 21.871 e 21.872, de 6 de janeiro de 1984.

Artigo 5.º — As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações consignadas no orçamento programa vigente.